

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — MEC  
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO — MOBRAL .  
SECRETARIA DE ENSINO DE 1ª e 2ª GRAUS — SEPS  
DEPARTAMENTO TÉCNICO-EDUCACIONAL — DETED

ERL1.

SUBSÍDIOS PARA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO  
COMUNITÁRIA NO ÂMBITO DO MOBRAL

Rio de Janeiro, jul./1984

## S U M Á R I O

1. INTRODUÇÃO
2. A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA
3. O AGENTE DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA
4. A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA
5. BIBLIOGRAFIA

\* \* \*

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste documento é subsidiar as COORD quanto à prática da educação comunitária no âmbito do MOBRAL.

Tais subsídios constituem um detalhamento da metodologia de educação comunitária a que se referem os documentos "Diretrizes de Atuação do MOBRAL" (Doc.07 — MEC/Secretaria Geral — 1982) e "Referenciais Básicos para a Educação de Adultos no Âmbito do MOBRAL" (MOBRAL/1984).

As orientações aqui contidas se referem a práticas que a Instituição já vem desenvolvendo em maior ou menor intensidade em diferentes municípios.

No presente trabalho, procura-se sistematizar tais práticas, visando sua difusão, em coerência com os documentos acima mencionados.

## 2. A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

( 4/

A educação comunitária na prática do MOBRAL junto à população adolescente e adulta de baixa renda pode ser desenvolvida a partir da seguinte seqüência:

- ouvir e dialogar com os grupos de baixa renda quanto a seus problemas e possíveis soluções;
- formular, desenvolver e avaliar, com esses grupos, propostas que visem minorar os problemas discutidos e por eles considerados prioritários;
- orientá-los e apoiá-los na articulação com outros grupos da comunidade e com Instituições que possam com eles cooperar na formulação e desenvolvimento de propostas que extrapolem o âmbito da ação educativa do MOBRAL e que sejam de real interesse da população.

Nas discussões que antecedem a formulação das propostas de ação, os participantes do grupo são estimulados a se manifestarem e a dialogarem a partir das percepções que têm dos problemas de sua vida diária. Procura-se valorizar as percepções e vivências de cada um e propiciar a troca de experiências.

O agente procura estimular e participar da reflexão sobre as causas e possíveis soluções dos problemas em discussão, visando aprofundar com o grupo o conhecimento dessas causas e soluções, através da troca de seu saber com o saber do grupo.

Este procedimento possibilitará ao grupo:

- o planejamento e o desenvolvimento de ações que possibilitem a transformação progressiva da realidade, visando a melhoria da qualidade de vida;
- um maior conhecimento e uma visão crítica quanto a fatores limitantes da solução de problemas que o grupo considera relevantes mas de perspectivas mais remotas de solução.

As ações do grupo decorrentes deste processo constituem ações educativas altamente motivadoras, por corresponderem a necessidades concretas sentidas pela clientela e por serem adequadas às características locais.

O processo de educação comunitária aqui mencionado se sustenta no fortalecimento de uma organização social (fortalecimento dos grupos sociais de baixa renda e criação de mecanismos facilitadores da articulação desses grupos com instituições locais e outros grupos da comunidade) que constitua uma base de desenvolvimento local autônomo, capaz de atuar frente a seus problemas, buscando soluções coletivas.

Alguns dos mecanismos facilitadores da interação dos grupos de baixa renda com instituições locais são, por exemplo:

- a vinculação dos grupos a associações de moradores, sindicatos, cooperativas, e outros órgãos representativos que tenham maior poder de expressão junto a instituições governamentais;

- a participação em conselhos comunitários, constituídos de representantes de instituições e de representantes dos grupos de baixa renda.

Nesse sentido, a educação comunitária é ~~uma atividade~~ <sup>um processo</sup> inserida num contexto de desenvolvimento. Está integrada e é integradora dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento.

"Parte-se do suposto de que embora a educação não possa por si originar uma transformação social profunda, pode atuar como mecanismo facilitador ou inibidor dessa transformação. É claro, percebemos a educação como variável interveniente em um processo de mudança social, como tal pode gerar opções facilitadoras de uma superação de graves desequilíbrios sociais". (1)

O processo de educação comunitária, extrapola, portanto, o âmbito de cada projeto educativo do MOBREAL. Ele antecede, permeia e se prolonga para além da duração de cada projeto.

(1) Como um processo permanente de diálogo, formulação e desenvolvimento de propostas de ação com os grupos sociais locais, a educação comunitária possibilita obter-se, a qualquer momento, informações fidedignas quanto às reais necessidades da população em relação ao MOBREAL e a outras instituições.

Por isso, ela tem também a função de subsidiar o planejamento participativo proposto pelo MOBREAL, possibilitando ampla consulta às bases.

---

(1) SINVENT, Maria Teresa, "Educação Comunitária", Editora Brasiliense, 1984.

Em decorrência deste processo e sempre em função das soluções encontradas e consideradas adequadas pela clientela, podem ser desenvolvidos:

- projetos já formulados pelo MOBRAL, discutidos e aceitos pelos grupos em questão;
- novos projetos formulados pelos grupos com o apoio técnico e/ou financeiro do MOBRAL;
- ações integradas (informais ou formalizadas através de projetos e convênios) do MOBRAL com instituições cujos serviços venham a ser demandados pela população nesse processo educativo.

### 3. O AGENTE DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

Os agentes da educação comunitária, no âmbito do MOBRAL, são os participantes das COMUN e os monitores dos projetos. As pessoas da COMUN que têm sensibilidade, interesse e disponibilidade para o trabalho comunitário promovem e articulam o processo de educação comunitária proposto pelo MOBRAL, com o apoio do SA e da COORD.

Esses membros da COMUN mantêm contínuo trabalho de reflexão e de formulação e desenvolvimento de propostas de ação com os grupos de baixa renda.

Para o desenvolvimento das propostas de ação, formuladas com os grupos neste processo, em complementação aos recursos locais, podem ser utilizados recursos do MOBRAL para gratificação de monitores e para outros fins, conforme orientações em vigor.

Os monitores dessas propostas ou projetos atuarão de modo coerente com a metodologia de educação comunitária aqui expressa. Nesse sentido, devem ser orientados pelos agentes da COMUN e Sa.

Faz-se necessário que os agentes da COMUN, antes e durante o trabalho com os grupos de baixa renda procurem conhecer melhor:

- as principais atividades econômicas do município e o modo pelo qual a população usufrui dos bens produzidos;
- a dimensão e a distribuição da população de baixa renda do município, suas formas de organização, os problemas que mais a afetam e as ações que desenvolvem no sentido de minorá-los;
- as causas e possíveis soluções dos problemas, dessa população de baixa renda;
- as instituições do município e as ações que desenvolvem frente aos problemas mencionados;
- as possibilidades e os limites das ações das instituições e dos grupos de baixa renda frente aos problemas que se apresentam;
- as sugestões de ações alternativas por parte de técnicos, líderes e da própria população.

Esse conhecimento pelo agente da COMUN possibilitará uma maior contribuição do mesmo:

- na reflexão e na elaboração e execução de projetos com os grupos de baixa renda;
- na capacitação e acompanhamento dos monitores desses projetos.

#### 4. A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

A implementação da educação comunitária ocorrerá gradativamente, observando-se as peculiaridades de cada COMUN e município e de acordo com as possibilidades de as COORD orientá-las nessa prática.

## 5. BIBLIOGRAFIA

1. DEMO, Pedro. "Educação Comunitária", MEC, Brasília/DF, outubro de 1979.
2. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, "Referenciais Básicos Para a Educação de Adultos no Ambiente do MOBREAL", Rio de Janeiro/RJ, abril de 1984.
3. \_\_\_\_\_, "Projeto de Educação Participativa: uma Alternativa para a Região Nordeste", Recife/PE, nov./1983.
4. Ministério da Educação e Cultura - Secretaria Geral, "Diretrizes de Atuação do MOBREAL", Brasília/DF, fev.1982.
5. Secretaria de Educação do Estado do Ceará e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, "Educação Rural Integrada", Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro/RJ, 1983.
6. SINVENT, Maria Teresa, "Educação Comunitária", Editora Brasiliense, São Paulo/SP, 1984.